



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO GRAU.

I -- DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 10 de outubro de 2017, 09 horas, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II -- MODO DE CONVOCAÇÃO: A Ilustríssima Juíza LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES foi convocada via malote digital. Os demais membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, mediante convocação assinada pelo Presidente do Comitê.

III - PAUTA: 1) Apresentação Orçamento 2018; 2) Exposição sobre a implementação da Resolução 219; 3) O que ocorrer.

IV -- QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Juiz Auxiliar da Presidência, JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR – Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; Juiz de Direito, ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO; Juíza de Direito LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES; Juíza de Direito KEILA CHRISTINE BANHA BASTOS UTZIG, representante da AMAAP; Servidor AUDRIM SOBRINHO RUY-SECCO, Representante do SINJAP; MÁRCIO PANTOJA PACHECO e FAUSTO DE FARIA CASTANHEIRA, suplente do servidor JEFF ESTEVAM DA COSTA COSTA, ausente por motivo de gozo de férias. Registrada presença do Servidor GLÁUCIO BEZERRA MACIEL – Diretor Geral do TJAP;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Servidor ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA – Assessor de Planejamento e Organização; o Servidor ADELSON ARMANDO MARQUES ANDERSON – Diretor da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica.

V – DELIBERAÇÕES: 1) **Apresentação do Orçamento 2018** – Com a palavra, o Juiz JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR, Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau abriu a reunião e passou a palavra ao Diretor Geral do Tribunal, GLÁUCIO BEZERRA, que iniciou a exposição sobre a Proposta Orçamentária 2018 encaminhada ao Poder Executivo. O Diretor Geral iniciou a apresentação mostrando a série histórica do orçamento inicial do TJAP para Custeio e Investimentos, conforme a seguir: 2015: R\$ 250.364.144,00; 2016: R\$ 281.704.501,00; 2017: R\$ 282.055.656,00; e, 2018: R\$ 311.464.092,00. Destacou que, para 2018, a Proposta Orçamentária do Tribunal está detalhado da seguinte forma: - Recursos oriundos do Governo do Estado do Amapá – GEA: R\$ 303.298.206,00; - Recursos do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça – FMRJ: R\$ 7.241.937,00; - Recursos do Fundo de Apoio à Infância e Juventude – FAJJ: R\$ 747.949,00; - Recursos do Fundo de Estruturação do Registro Civil – FERC: R\$ 176.000,00; e, Escola Judicial do Amapá – EJAP: R\$ 800.000,00, perfazendo um total de R\$ 311.464.092,00. O Diretor Geral, GLÁUCIO BEZERRA, destacou que neste valor não estão inseridas as Receitas de Rendimentos de Aplicações Financeiras, anteriormente informado à Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, no valor de R\$ 1.300.022,00. Na Proposta Orçamentária 2018 encaminhada ao Governo do Estado, estão incluídas as Receitas de Rendimentos de Aplicações Financeiras, bem a estimativa para as Receitas Próprias do FMRJ – R\$ 6.924.454,00; FAJJ – R\$ 1.372.718,00, os quais já haviam sido informados ao Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, quando solicitou informações para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Diante dessas considerações, a Proposta do Tribunal, que está

Gláucio Bezerra

João Teixeira de Matos Junior



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

disponível no site, item transparência, Resolução nº 195/2014, apresenta a seguinte composição: - Recursos oriundos do Governo do Estado do Amapá: R\$ 304.071.594,00, distribuídos da seguinte forma: a) Repasse do GEA – R\$ 303.298.207,00: Rendimento de Aplicação Financeira – R\$ 773.387,00; b) Recursos do FMRJ: R\$ 6.924.454,00: Custas Judiciais - R\$ 3.250.141,00; Taxas Judiciais – R\$ 2.991.796,00; Emolumentos Extrajudiciais – R\$ 522.512,00; - Rendimento de Aplicação Financeira: 160.005,00; b) Recursos do FAJJ: R\$ 1.372.718,00, distribuídos da seguinte forma: Taxa Judiciária: R\$ 1.006.088,00; Rendimento de Aplicação Financeira: R\$ 366.630,00. O Diretor Geral continuou destacando que a previsão de receita relativa ao Fundo de Estruturação do Registro Civil – FERC: R\$ 176.000,00 não compôs a proposta orçamentária, uma vez que a Secretaria de Planejamento do Estado ainda não destinou um programa para enquadramento do Fundo como unidade orçamentária. Continuou, informando que o Total da Proposta Orçamentária encaminhada ao GEA é de R\$ 312.368.766,00, sendo destinado R\$ 219.189.951,00 para o 1º Grau; - R\$ 31.059.605,00 para o 2º grau; e, R\$ 62.119.210,00 destinados à área administrativa, ou seja, atividade de apoio que atende tanto o Primeiro como o Segundo Grau. No respeitante ao FAJJ, salientou-se a imperiosa necessidade de mudança em sua destinação. Em razão de sua utilização apenas para fomentar projetos da seara da Infância e Juventude, no decurso dos anos esse Fundo vem se avolumando, já ultrapassando a casa dos 4 milhões, em superávit, motivado pela ausência de tais projetos ou pela inadequação desses na regulamentação específica do FAJJ. A discussão com a Corregedoria gira em torno da modificação do regulamento desse Fundo. O Diretor Geral falou que a proposta de alinhamento com a Corregedoria, no sentido de melhor aplicar o FAJJ, implica em destinar tais recursos às Instituições parceiras, responsáveis por trabalhar projetos voltados ao atendimento da área Infanto-Juvenil, diferentemente dos projetos das Varas da Infância e Juventude. Devido à grande dificuldade para se instrumentalizar os projetos do FAJJ, a maioria é fadada ao fracasso, dada a

Diego Jones



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

implicação em percorrer processo licitatório, motivado por ampla gama de materiais, nos quais os fornecedores não estão acostumados com esses fornecimentos, dentre eles, materiais esportivos; de beleza; corte e costura e outros mais. Sobre essa questão, o Juiz ESCLEPIADES NETO aludiu que um macro-projeto capitaneado pela Coordenadoria da Estadual da Infância e Juventude – CEIJ, simplificaria o processo de aquisição dos materiais. O Diretor Geral disse que, em conversas com assessores da Corregedoria, o entendimento para a melhor utilização do FAJJ está na formulação de parcerias. O Juiz JOÃO MATOS ressaltou que o papel do Poder Judiciário não é capitanear trabalho social, mas o de facilitador, haja vista a paralisação do processo do projeto social em sua continuidade. A esse respeito, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, contribuiu ao informar que remontam de cinco anos o número de projetos sociais que não avançaram em sua execução, gerando um quantum mais de R\$ 4 milhões sem aplicabilidade na utilização em outra área de investimento. Contudo, com base na experiência de outros tribunais, sugeriu-se que o Comitê examinasse a possibilidade onde, a cada dois anos, esses recursos, que não conseguiram atingir os objetivos dos projetos, sejam revertidos para o FMRJ. Assim, como trata-se de uma proposição que envolve a Coordenadoria da Infância e Juventude e a Corregedoria, o Comitê deliberou, a partir desta ata, a formulação dos respectivos processos administrativos, para serem estudo e manifestação da Coordenadoria da Infância e Juventude e Corregedoria sobre a matéria, para posterior deliberação. O Comitê também deliberou pela participação na próxima reunião de um representante da Coordenadoria da Infância e um representante da Corregedoria para tratar das ações relativas ao FAJJ. Dirimida a questão, foi falado sobre os demais Fundos, sua composição e respectivas finalidades. Em relação ao FERC, a implicação maior é quanto a falta de regulamentação para o uso desses recursos, podendo prejudicar já no ano de 2018, algumas ações pretendidas no orçamento Institucional.

O Presidente do Comitê, Juiz JOÃO MATOS, na oportunidade, reforçou que já encaminhou à Corregedoria uma minuta contendo as regras, sobretudo, regras de

M:\AAGESTÃO ADMINISTRATIVA\COMITÊ GESTOR DA REDE DE GOVERNANÇA_1 e 2\GRAUS\ATAS DO COMITE_1_GRAU_2015 e 2017\ATA 10.10.2017_Comitê.GESTOR Priorização.1º Grau_Orçamentário 1º Grau.docx

Helena Pires



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

caráter tributário, para análise e deliberações. No prosseguimento da explanação do Orçamento/2018, a Juíza LIÉGE GOMES levantou a questão sobre o plano de saúde e o atendimento médico realizado no âmbito dos Fóruns de Macapá, Santana e TJAP, ante o imperioso atendimento médico emergencial, em caso de eventual necessidade, como já ocorrido. O Diretor Geral esclareceu dos entraves legais existentes em contratação para atendimento médico no Tribunal. O fato de o TJAP custear o Plano de Saúde dos servidores e abonar o Auxílio Saúde, a Alta Gestão, ao enxergar a dificuldade de contratação de médicos e os entraves existentes, em vista a possibilidade do TCE ou CNJ suscitar essas contratações, a deliberação foi pela não contratação desses serviços dentro das Unidades do Judiciário. Todavia alguns serviços continuarão sendo realizados por técnicos da Instituição, como, recepção de atestado médico. Foi exposta, ainda, pelo Diretor Geral, a nova visão para a execução dos projetos, de acordo com a execução do orçamento, isto é, toda iniciativa de novo projeto deve indicar de onde vai sair o recurso para cobertura de tal despesa. A partir de 2019 já será possível perceber essa realidade. Em outro ponto, o Juiz JOÃO MATOS destacou a forma como os quadros apresentaram o detalhamento de todas as despesas definidas para o exercício de 2018, dentre Folha de Pagamento; Contratos Terceirizados; Investimentos, etc. Para o Magistrado. Para o Magistrado, o trabalho de apresentação dos quadros foi claro e objetivo na compreensão da distribuição dos recursos do Orçamento/2018. Na mesma sintonia, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, alertou no sentido da missão do Comitê de buscar sempre o aperfeiçoamento do Orçamento, sobretudo no 1º Grau, em projeção para os anos subsequentes. Tendo em foco, sempre, o atendimento da Resolução 219. No qual orienta a eficiência do orçamento dentro da visão do CNJ, onde a distribuição do orçamento seja proporcional ao processual. O Diretor Geral fez ressalva quanto à segregação de despesas, seja do 1º Grau, seja do 2º Grau. Essa visão pode levar ao aumento das despesas. O fundamental é trabalhar pelo modelo de cumprimento de metas.

Ao final da exposição do detalhamento do Orçamento 2018, GLAÚCIO M: AAGESTÃO ADMINISTRATIVA/COMITÊ GESTOR DA REDE DE GOVERNANÇA_1 e 2 GRAUS/ATAS DO COMITÊ_1º GRAU_2015 e 2017/ATA 10.10.2017_Comitê.GESTOR.Priorização 1º Grau_Orçamentário 1º Grau.docx



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

MACIEL pediu ao Comitê sensibilidade para tratar do aspecto de rateio do orçamento. O Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA evidenciou que o Orçamento/2018 já consta no Portal Institucional. Foi deliberado pelo Comitê que, na sua próxima reunião, o Diretor Geral deverá expor sobre a folha de pagamento prevista para 2018 do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. **2) Exposição sobre a implementação da Resolução 219** – No prosseguimento da reunião, o Juiz JOÃO MATOS, Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau, ressaltou o trabalho técnico e a discussão do Comitê para respaldar a decisão da Alta Gestão, com a anuência do Pleno, fosse favorável à redução da carga horária de trabalho. O Juiz destacou, ainda, a importância da representatividade de cada integrante do Comitê – Serventuários e Magistrados. A razão disso se deu pela exigência do Orçamento do Tribunal mostrar onde os recursos estão alocados para a cobertura de despesas. O Estudo da Comissão apontou a redução do horário como alternativa. Em cima disso, o Juiz JOÃO MATOS reforçou ser necessário todos tomarem consciência da decisão. A respeito da Resolução 219, o Juiz falou das reuniões do Des. CARLOS TORK, Presidente do TJAP, com os segmentos diversos dos Juizes e Serventuários, objetivando o alinhamento ao pleito do CNJ, especialmente no respeitante à equalização dos servidores, aliadas às novas tecnologias, tendo em vista o novo modelo que o Judiciário brasileiro precisa adotar, com base em medidas eficientes e mais econômicas apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Nesse aspecto, a Resolução 219 vem para corrigir o modelo tradicional; seja na forma de julgamento do magistrado; na utilização dos Cejuscs, como tecnologia com foco nas conciliações. O Juiz reforçou o comprometimento do Desembargador CARLOS TORK com: os Cejuscs; Juizes de Santana; Servidores do interior. Visando a equalização pretendida pela 219, onde a lotação paradigma deve prevalecer de acordo com as peculiaridades de cada serventia judicial ou graus de jurisdição. Foi explicado, ainda, o funcionamento de cada tabela dentro da política de atendimento à lotação das Unidades, com o remanejamento de servidores através da

leiozi fomes



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

realização de concurso. O Juiz JOÃO MATOS ressaltou o avanço do processo de remanejamento neste semestre, os demais casos ficam para o 1º semestre de 2018. Entra nisso, ainda, os projetos da Secretaria Única; a redução de custo com desinstalação e instalação de comarcas; o processo de remoção com o atendimento das comarcas da Capital e interior e outros, tudo em atenção à manutenção da política de controle orçamentário. Em relação às Secretarias Únicas, a Juíza LIÉGE GOMES, considerou que o processo é irreversível, no entanto, é fundamental levar em conta: Melhor estruturação das Secretarias Únicas; Capacitação dos servidores, especialmente aqueles que irão auxiliar no interior, com um número adequado de servidores para a execução dos trabalhos. 3) O que ocorrer - Ao final, o Juiz JOÃO MATOS reavivou os temas expostos, no concernente à redução do horário; exoneração dos cargos, e por conseqüência, toda redução com consumo de energia elétrica, água, terceirizados, redução das funções. Onde tudo foi realizado graças a ampla discussão. As situações extra-horários devem-se encontrar o caminho para amenizar tais situações. "É preciso construir cenário técnico para justificar se as medidas valem ou não a pena executar, e que não pode ser pela via do achismo," concluiu o Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau.

VI -- ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata depois de lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. Macapá-AP, 10 de outubro de 2017.

Juiz Auxiliar da Presidência João Teixeira de Matos Junior
Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do
Primeiro Grau



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau



Juiz de Direito Esclipeides de Oliveira Neto

Membro Titular



Juíza de Direito Liége Cristina de Vasconcelos Ramos Gomes

Membro Titular



Juíza de Direito Keila Christine Banha Bastos Utzig

Representante da AMAAP



Márcio Pantoja Pacheco

Membro Titular



Audrim Sobrinho Ruy Secco

Membro Titular/SINJAP



Fausto de Faria Castanheira


Membro Suplente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau



Gláucia Bezerra Maciel
Diretor Geral do TJAP



Rosywan Cantuária da Silva Ferreira
Assessor de Planejamento e Organização



Adelson Armando Marques Anderson
Diretor da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica